



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Coordenação de Tomada de Contas Especiais

Manual Prático de Tomada de Contas Especial

Brasília/2020

Sumário

Instauração do Processo de TCE _____	3
Início dos Trabalhos _____	11
Instrução da TCE _____	15
Ata de Ultimação da Instrução _____	32
Mandado de Notificação _____	38
Relatório _____	48
Mandado de Notificação – Recurso _____	53
Comunicações de Encerramento de TCE _____	59
Demonstrativos de TCE _____	61

Modelos

Instauração do Processo de TCE

Modelo de Ordem de Serviço/Portaria – Instauração do Processo de TCE

Comissão de TCE

Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE (dia) DE (mês) DE (ano).

Constitui Comissão de Tomada de Contas Especial e dá outras providências.

O (Autoridade Competente) DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere (Fundamento Legal), e demais atribuições e competências legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Tomada de Contas Especial para, no prazo de 90(noventa) dias, apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário do Distrito Federal relacionado ao Processo nº (número do processo), referente à (objeto sintético do processo), a ser composta pelos servidores: (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Presidente; (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Membro; e (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

Modelo de Ordem de Serviço/Portaria – Instauração do Processo de TCE

Tomador de Contas TCE

Órgão/Entidade

PORTARIA N° , DE (dia) DE (mês) DE (ano).

Designação de servidor para apuração de Tomada de Contas Especial.

O (Autoridade Competente), no uso das competências estabelecidas pelo (Fundamentação Legal), RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora (nome do servidor), matrícula n° (número da matrícula), para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano causado ao Erário do Distrito Federal relacionado ao processo n° (número do processo), referente (objeto sintético do processo).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

Modelo de Ordem de Serviço/Portaria – Instauração do Processo de TCE

Comissão Permanente

Órgão/Entidade

PORTARIA N° , DE (dia) DE (mês) DE (ano).

Constitui Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial.

O (Autoridade Competente), no uso das competências estabelecidas pelo (Fundamentação Legal), RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial no âmbito da (nome do Órgão/Entidade), a ser denominada “CPTCE 01”, composta pelos servidores (nome completo do servidor), matrícula n° (número da matrícula), Presidente; (nome completo do servidor), matrícula n° (número da matrícula), Membro; e (nome completo do servidor), matrícula n° (número da matrícula), Membro; tendo como suplentes dos titulares designados, pela ordem: (nome completo do servidor), matrícula n° (número da matrícula); (nome completo do servidor), matrícula n° (número da matrícula); todos lotados na (Órgão/Entidade), devendo o servidor (nome completo do servidor) atuar como Presidente Suplente nos eventuais impedimentos do titular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

Modelo de Ordem de Serviço/Portaria – Instauração do Processo de TCE

Alteração de Composição de Comissão

Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE (dia) DE (mês) DE (ano).

Altera Composição de Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial.

A (Autoridade Competente), no uso das competências estabelecidas pelo (Fundamentação Legal), resolve:

Art. 1º Alterar a Composição de Comissão Permanente no âmbito da (Órgão/Entidade), denominada "CPTCE 01", que passa a ser composta pelos servidores: (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Presidente; (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Membro; e (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula), Membro; tendo como suplentes dos titulares designados, pela ordem (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula); (nome completo do servidor), matrícula nº (número da matrícula); todos lotados na (Órgão/Entidade), devendo o servidor (nome completo do servidor) atuar como Presidente Suplente nos eventuais impedimentos do titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)

Modelo de Ofício comunicação de instauração ao TCDF – Instauração do Processo de TCE

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Ofício N° ___/____ - ____

Senhor(a) Presidente,

Cumprimentando-o(a), dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a instauração de 1 (uma) Tomada de Contas Especial ocorrida no âmbito (Unidade/Secretaria), conforme Ordem de Serviço/Portaria n° ___, de __de __de __, publicada no DODF n° ___, de __ de __ de __, p. __, ressaltando que foi determinada por meio da Decisão n° ___/___ dessa colenda Corte de Contas.

Em cumprimento ao preconizado no §7º do Art. 1º da Resolução n° 102, de 15 de julho de 1998, desse Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminho, em anexo, cópia da publicação da Ordem de Serviço em referência e, ainda, relação detalhada contendo os dados solicitados nos incisos I a V do §7º do Art. 1º da mesma Resolução.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do Secretário de Estado do Distrito Federal)

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)

Conselheiro (a) _____

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Plano Piloto

CEP Brasília, DF.

**Modelo de Planilha que acompanha o Ofício comunicação de instauração ao TCDF –
Instauração do Processo de TCE**

Rito Ordinário

Ato de Instauração:		(Ordem de Serviço ou Portaria) nº ____, data. Publicado no DODF nº ____					
PROCESSO N°	ÓRGÃO	OBJETO SINTÉTICO	DATA OCORRÊNCIA DO FATO	DESCRIÇÃO DO OBJETO EM APURAÇÃO	VALOR REAL OU ESTIMADO DO PREJUÍZO	INSTAURAÇÃO POR DETERMINAÇÃO DO TCDF	MEMBROS DESIGNADOS COMISSÃO APURADORA

Responsável pela informação

Modelo de Demonstrativo de TCE Instaurada – Instauração do Processo de TCE

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

DEMONSTRATIVO N° ____/ ____

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL INSTAURADA
 (Artigo 14, § 1º, da Resolução nº. 102/98 – TCDF)

PROCESSO n°:	
ÓRGÃO:	
ASSUNTO:	

DADOS DA INSTAURAÇÃO:

ATO:	N°		
DODF:	N°	DATA:	PÁGINA(S):

OCORRÊNCIA (data ou período):			
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO:	R\$	() ESTIMADO	() REAL
OBJETO:	(descrição detalhada do que está sendo apurado)		
MEMBROS DA COMISSÃO:	(nome dos integrantes da comissão)		

 (Nome e matrícula do servidor)

Modelos

Início dos Trabalhos

Modelo de Termo de designação de Secretário – Início dos Trabalhos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE DESIGNAÇÃO

Processo n.º: _____

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, constituída por meio da Portaria/Ordem de Serviço n.º ____ de ____ de ____ de ____, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º ____ de ____ de ____ de ____, página ____, para apurar a Tomada de Contas Especial n.º _____,

RESOLVE:

Designar o (a) servidor (a) _____, matrícula n.º _____, Membro, lotado (a) na _____, para desempenhar as funções de SECRETÁRIO da referida Comissão.

Designar, pela ordem, os servidores _____, matrícula n.º _____; _____, matrícula n.º _____; _____, matrícula n.º _____ e _____, matrícula n.º _____; lotados na _____, para desempenharem a função de SECRETÁRIO SUPLENTE, nos eventuais impedimentos do titular.

Brasília,

Presidente

Modelo de Ata de Instalação dos Trabalhos – Início dos Trabalhos

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS
 Processo n° _____

Aos ____ do mês de ____ do ano de _____, na Sala n° _____, situada no Edifício _____, Brasília/DF, presentes os servidores _____, matrícula n° _____, Presidente; _____, matrícula n° _____, Membro; e _____, matrícula n° _____, Membro/Secretário; tendo como Suplentes, pela ordem, os servidores _____, matrícula n° _____ Membro; _____, matrícula n° _____, Membro; e _____, matrícula n° _____; todos os servidores lotados na _____; devendo o servidor _____, matrícula n° _____, em conformidade com Portaria/OS n° _____, de ____ de ____ de _____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n° _____, de ____ de ____ de _____, página _____, atuar como Presidente Suplente nos eventuais impedimentos do titular. Assim, esta Comissão de Tomada de Contas Especial constituída conforme art. 1º, do Portaria/Ordem de Serviço n.º ____ de ____ de ____ de _____, dá início aos trabalhos referentes à instalação da Tomada de Contas Especial instaurada conforme Portaria/Ordem de Serviço n.º ____ de ____ de ____ de _____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n° _____, de ____ de _____ de _____, deliberando o que se segue: **1)** Juntar a presente Ata ao Processo; **2)** Consignar que os trabalhos da Comissão serão realizados em conformidade com a Resolução n° 102/98 TCDF e com a IN n° 04/2016 CGDF; **3)** A Comissão atuará sempre com 03 (três) membros disponíveis dentre os mencionados nesta Ata. Do que, para constar, eu, _____, matrícula n° _____, na qualidade de Secretário (a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, devidamente designado, lavrei a presente Ata, que vai assinada por todos os membros da referida Comissão.

 Presidente

 Vogal

 Vogal Secretário

Modelo de Termo de Instalação dos Trabalhos – Início dos Trabalhos

Tomador de Contas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

Processo n° _____

Aos ____ do mês de ____ do ano de _____, na Sala n° ____, situada no Edifício _____, Brasília/DF, presente o servidor _____, matrícula n.º _____, Tomador de Contas; lotado na _____; designado pela Portaria/Ordem de Serviço n.º __ de __ de ____ de _____, dá início aos trabalhos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada conforme Portaria/Ordem de Serviço n.º __ de __ de ____ de _____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º __, de __ de _____ de _____, deliberando o que se segue: **1)** Juntar a presente Ata ao Processo; **2)** Consignar que o trabalho do Tomador de Contas será realizado em conformidade com a Resolução n.º 102/98 TCDF e com a IN n.º 04/2016 CGDF; Do que, para constar, eu, _____, Tomador de Contas lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim.

Tomador de Contas

Modelos

Instrução da Tomada de Contas Especial

**Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento ou Suspeição Comissão/Tomador –
Instrução da Tomada de Contas Especial**



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Declaração de Inexistência de Impedimento/Suspeição

Declaro nos termos dos artigos 144 e 145 do Código de Processo Civil - CPC que não me encontro impedido de atuar na tomada de contas especial instaurada por meio da Portaria/Ordem de Serviço nº __, de __/__/____, publicada no DODF nº __, de __/__/____, em face da(o) [inserir o objeto da instauração da TCE], ou seja, não estou envolvido com os fatos a serem apurados, não possuo qualquer interesse no resultado da tomada de contas especial e estando, portanto, apto a (conduzir as/participar das) apurações da presente tomada de contas especial.

Brasília, __ de ____ de ____

(nome e assinatura dos componentes da Comissão ou do Tomador de Contas)

Modelo de Ata de Reunião – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

ATA DE REUNIÃO

Processo nº: _____/____

Aos ___ de ___ de ___, na Sala nº ___, situada no Edifício _____ Brasília/DF, presente os servidores _____, matrícula nº ____; _____, matrícula nº ____ e _____, matrícula nº ____; respectivamente Presidente e Membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, que após análise do processo n.º _____/____, que trata da apuração do prejuízo decorrente de _____ (objeto do processo), resolveram, à unanimidade: a) solicitar informações ao ____; b) solicitar à _____; c) realizar diligência no endereço _____. Do que, para constar, eu, _____, na qualidade de Secretário (a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo (a) Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Brasília, __ de ____ de ____.

Presidente

Membro

Membro

Modelo de Ata de Reunião – Instrução da Tomada de Contas Especial

Desmembramento de processo



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

ATA DE REUNIÃO

Processo n° _____

Aos ___ de ___ de ___, na Sala n° ___, situada no Edifício _____ Brasília/DF, presente os servidores _____, matrícula n° ____; _____, matrícula n° ____ e _____, matrícula n° ____; respectivamente Presidente e Membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, conforme Portaria/OS n° _____, que após análise do processo n.º _____, que trata da apuração do prejuízo decorrente de irregularidades _____(objeto em apuração), resolveram, à unanimidade, desmembrar o processo por objeto, com o objetivo de agilizar as apurações desta TCE. Desta forma serão atuados, em processos apartados e individuais, as informações no que concerne à apuração de prejuízo decorrente de _____ no contrato de prestação de serviços n.º ___, devendo seguir no presente processo as apurações no que concerne à _____. Do que, para constar, eu, _____, na qualidade de Secretário da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Presidente

Membro

Membro

Modelo de Termo de Juntada – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE JUNTADA

Processo n.º: _____

Aos __ de _____ de _____, na qualidade de Presidente da Comissão de TCE, instituída pela Portaria/Ordem de Serviço n.º _____, de __ de __ de ____, fiz juntar ao processo o _____, que passa a constituir as fls. ____ dos autos.

Brasília, __ de _____ de _____

Presidente

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Modelo de Termo de Diligência – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE DILIGÊNCIA

Processo nº: _____

Aos ____ de _____ de _____, os servidores _____, matrícula nº _____, _____, matrícula nº _____ e _____, matrícula nº _____, respectivamente Presidente e Membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria/OS nº _____, para apurar o processo em epígrafe. Após análise das peças contidas no processo em comento, diligenciou no endereço _____, a fim de obter informações e realizou registros fotográficos complementares sobre o objeto em análise.

Do que, para constar, eu, _____, matrícula nº _____, Membro, na qualidade de Secretário(a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei o presente Termo, que vai assinado por mim, pela Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Brasília, ____ de _____ de _____

Presidente

Vogal

Vogal

Modelo de Ofício – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Ofício nº - ___/____

Brasília, ___ de ___ de _____

Senhor _____,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico que se encontra em análise no âmbito desta _____ (Unidade), o Processo de Tomada de Contas Especial nº _____, que apura possível irregularidade no Convênio nº __, firmado entre o _____ e o Governo do Distrito Federal, tendo como objeto a _____.

Visando dar continuidade aos trabalhos e instruir a TCE em questão, solicito a Vossa Senhoria que encaminhe os documentos abaixo listados: _____.

Ressalta-se que os trabalhos executados por esta Comissão de Tomada de Contas Especial têm prazos fixados em lei, razão pela qual solicito o encaminhamento da informação no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento deste (inciso II, Art. 28, da Instrução Normativa nº 4, de 21/12/2016 - CGDF).

Por fim, informo que esta Comissão poderá ser contatada por meio dos telefones _____.

Atenciosamente,

Presidente

Senhor(a)
Nome por extenso
Cargo
Órgão
Cidade/UF

Modelo de Ordem de Serviço para Designação de Assessor Técnico – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Unidade

COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº __, DE ____ DE ____

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, DA ____ DO DISTRITO FEDERAL, constituída por meio do Art. 1º da Ordem de Serviço nº __, de __ de ____ de __, publicada no DODF nº __, de __ de ____ de __, p. __, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor _____, matrícula nº ____; _____ (Cargo), lotado no _____, para atuar como Assessor Técnico junto à Comissão de Tomada de Contas Especial constituída para analisar o Processo nº _____.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

(Nome do Presidente da Comissão de TCE)

Modelo de Termo de Compromisso do Assessor Técnico – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE COMPROMISSO

Processo nº: _____

Aos ___ de _____ de ____, presente os servidores _____, matrícula nº _____, _____, matrícula nº _____ e _____, matrícula nº _____, respectivamente Presidente e Membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria/OS nº _____, compareceu o servidor _____, matrícula nº _____; e prestou compromisso de bem desempenhar as funções de ASSESSOR TÉCNICO nos trabalhos junto à Comissão Tomadora, nos autos do processo nº _____, com zelo, sigilo, discrição e urbanidade, para cuja investidura foi empossado, conforme Ordem de Serviço nº __, de ___ de ___ de ____, publicado no DODF n.º __, de ___ de _____ de ____, p. ____, do Sr. Presidente desta Comissão.

Brasília, ___ de _____ de _____

Presidente

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Modelo de Mandado de Intimação – Instrução da Tomada de Contas Especial



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor (a),

A Comissão de Tomada de Contas Especial, constituída pela Portaria/OS nº ____/____, CONVOCA V.Sa. para comparecer perante esta Comissão, na qualidade de ____ (TESTEMUNHA/NOTIFICADO/RESPONSABILIZADO) , no dia __ de ____ de ____, às __ h, na sala __, do Edifício _____, para prestar declarações quantos aos fatos contidos nos autos do processo de TCE n.º _____.

Para as consultas que se fizerem necessárias, entrar em contato com esta Comissão Tomadora por meio do telefone _____.

Brasília, __ de ____ de ____

Presidente

Comissão (Permanente) de Tomada de Contas Especial

Ciente em ____/____/____.

(Nome e assinatura da testemunha)

Modelo de Termo de Declaração – Instrução da Tomada de Contas Especial

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

TERMO DE DECLARAÇÃO

Processo n.º _____

Aos __ de _____ de _____, na sala _____, no Edifício _____, na Cidade de Brasília/DF, às ____ h, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria/Ordem de Serviço n.º __, de __ de _____ de _____, com o objetivo de reduzir a termo as declarações da ____ (TESTEMUNHA/NOTIFICADO/RESPONSABILIZADO), abaixo qualificada:

Nome:			
Data Nascimento:		CPF/CNPJ:	
Doc. de Identidade:		Órgão expedidor:	
Filiação:	Pai:		
	Mãe:		
Endereço Residencial			
Endereço Comercial:			
Telefones:	Residencial:		Celular:
	Comercial:		

Preliminarmente, ao ser perguntado ao declarante se é amigo íntimo ou inimigo do(s) envolvido(s) ou se alega algum impedimento ou suspeição, respondeu que **NÃO**. O depoente foi cientificado de que se faltar com a verdade em suas declarações poderá responder por crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal, ressalvada a proteção constitucional que defere o direito de se eximir de declarar os fatos que o incriminem. Em seguida, o Presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial formulou as seguintes perguntas:

PRIMEIRA PERGUNTA: O declarante pode esclarecer se tem conhecimento do objeto do processo n.º _____

RESPOSTA: O declarante respondeu que tomou ciência do objeto deste processo no momento desta oitiva.

SEGUNDA PERGUNTA: O declarante _____

RESPOSTA: O declarante respondeu que _____

TERCEIRA PERGUNTA: O declarante _____

RESPOSTA: O declarante respondeu que _____

—

ÚLTIMA PERGUNTA DO CONDUTOR DOS TRABALHOS: O declarante tem alguma coisa a mais para aditar neste depoimento, relacionada com assunto objeto deste procedimento e que, porventura, não tenha sido suscitada em qualquer das perguntas acima formuladas, mas que, de qualquer forma, possa interessar aos trabalhos afetos ao assunto em questão?

RESPOSTA: O declarante respondeu que **NÃO**.

Dada a palavra ao Membro da Comissão, _____, matrícula nº ____, ele absteve-se de formular perguntas.

Dada a palavra à Secretária da Comissão, _____, matrícula nº ____, ela absteve-se de formular perguntas.

Que prestou as presentes declarações livremente, sem coação ou constrangimento de qualquer espécie. Nada mais tendo a declarar, esta oitiva foi encerrada às ___h, sendo que o Termo, após lido e achado correto, foi assinado por todos os presentes.

Presidente

Membro

Membro/Secretário

Testemunha

Modelo de Memorando de Prorrogação de Prazo – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Memorando SEI-GDF N° ___/___ -

Brasília-DF, ___ de ___ de ___

PARA: ___

Assunto: Prorrogação de prazo de Tomada de Contas Especial – **Rito Sumário**

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, instituída pela Portaria n° ___/___ (DODF n° ___, de ___/___/___), objetivando dispor do prazo necessário para que a instrução e conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial sejam feitas em observância aos princípios da Legalidade, da Ampla Defesa e do Contraditório, previstos na Constituição Federal e legislação pertinente vigentes, solicito a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do processo n° _____, por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento previsto (a partir de ___/___/___).

Esclareço que processo n° _____ trata de possível prejuízo causado ao Erário do Distrito Federal referente _____, que se encontra em fase de instrução, sob apreciação de Assessoria Técnica especializada na área de informática, tão logo ocorra o término das análises efetuadas pelo assessor, a Comissão Tomadora estará apta, se for o caso, a emitir os mandados de notificação.

Atenciosamente,

Presidente

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Modelo de Memorando de Prorrogação de Prazo – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Memorando SEI-GDF Nº ___/___ -

Brasília-DF, ___ de ___ de ___

PARA: ___

Assunto: Prorrogação de prazo de Tomada de Contas Especial – **Rito Ordinário**

Senhor ___ (autoridade competente),

Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, instituída pela Portaria nº ___/___ (DODF nº ___, de ___/___/___), objetivando dispor do prazo necessário para que a instrução e conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial sejam feitas em observância aos princípios da Legalidade, da Ampla Defesa e do Contraditório, previstos na Constituição Federal e legislação pertinente vigentes, solicito a Vossa Excelência que requeira junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do processo nº _____, por mais 90 (noventa) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento previsto (a partir de ___/___/___).

Esclareço que processo nº _____ trata de possível prejuízo causado ao Erário do Distrito Federal referente _____, que se encontra em fase de instrução, sob apreciação de Assessoria Técnica especializada na área de informática, tão logo ocorra o término das análises efetuadas pelo assessor, a Comissão Tomadora estará apta, se for o caso, a emitir os mandados de notificação.

Atenciosamente,

Presidente

Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial

Modelo de Ofício Prorrogação de Prazo – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

Ofício N° ___/___ - Órgão/Unidade

___/___/___

Senhor(a) Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, amparado no disposto no Art. 8º da Resolução nº 102, de 15 de julho de 1998, bem como no Art. 172 da Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, ambas desse egrégio Tribunal de Contas, solicitar prorrogação de prazo para a instrução de Tomada de Contas Especial em trâmite no âmbito da _____, na forma apresentada em anexo (___) pela Unidade Técnica.

À oportunidade, esta ___ (nome do Órgão) coloca-se à disposição dessa colenda Corte de Contas para prestar os esclarecimentos julgados necessários, o que poderá ser feito por intermédio da ____, cujos telefones para contato são ____.

Atenciosamente,

(Nome do Dirigente Máximo do Órgão)

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)

Conselheiro (a) _____

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, Plano Piloto

CEP Brasília, DF.

Modelo de Publicação de Prorrogação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

ORDEM DE SERVIÇO Nº __, DE __ DE _____ DE _____

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA _____, no uso da competência estabelecida pela Lei Distrital nº. _____, publicada no DODF nº. __, de __ de ____ de ____, p. __, e considerando que o valor do prejuízo ocasionado ao Erário do Distrito Federal, relativo aos processos em questão, é inferior à alçada estabelecida pela Portaria nº. 307/2015-TCDF, de 09 de junho de 2015, publicada no DODF nº. 113, de 15 de junho de 2015, não tendo sido a tomada de contas especial instaurada por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR, a contar do dia subsequente ao vencimento, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para conclusão das Tomadas de Contas Especiais a que se referem os processos no. 00000/0000, 00000/0000. e 00000/0000.

Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE INSTAURADORA)

Modelo de Demonstrativo de TCE em andamento – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Ordinário/Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EM ANDAMENTO (Artigo 14 da Resolução nº 102/98 – TCDF)				
ATO DE INSTAURAÇÃO:	Tipo de Ato	Número do Ato	PUBLICAÇÃO:	
			DODF Nº	Data da Publicação
	Ordem de Serviço/Portaria			
OCORRÊNCIA:				
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO:	R\$			
OBJETO:				
RESPONSÁVEL				
NOME / RAZÃO SOCIAL:			MATRÍCULA:	
CPF / CNPJ:			VALOR INDIVIDUAL:	
FILIAÇÃO:				
REPARAÇÃO DO DANO – REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL				
DATA DA REPARAÇÃO:		FORMA ¹ :		
VALOR RECOLHIDO ² :		CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO ² :		
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:			
	Fls.:			
(1) Ressarcimento, Reposição, Recuperação ou Reaparecimento. (2) Utilizar somente quando se tratar de Ressarcimento				
JUSTIFICATIVA DA NÃO-REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PREJUÍZO:				

(Assinatura do responsável pela lavratura do demonstrativo)

Modelos

Ata de Ultimação da Instrução

Modelo de Ata de Ultimação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

ATA DE ULTIMAÇÃO

Processo n.º: _____

Aos __ dias do mês de ____ de ____, na Sala n.º ____, situada no Edifício _____, presentes os servidores: _____, matrícula n.º ____; _____, matrícula n.º ____; e _____, matrícula n.º ____; respectivamente Presidente, Membro e Secretário da Comissão (Permanente) de Tomada de Contas Especial, constituída pelo Portaria/OS n.º ____, de __/__/____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º __ de __/__/____, para conduzir a apuração da Tomada de Contas Especial, após coletar todos os dados e realizar consulta à legislação vigente, decidiram, com base no parágrafo único do art. 70, da CF/88; c/c art. 77, parágrafo único, da LODF (alterar, colocar as normas que se aplica ao caso concreto), e nas condutas individualizadas, a seguir descritas: a) NOTIFICAR o Sr(a) _____, CPF n.º _____, com endereço na _____, Brasília/DF, CEP: ____; na qualidade de ____ (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos ____ (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo), o que ocasionou o prejuízo no valor de R\$ _____ (valor por extenso), atualizados até o dia __/__/____, conforme Portaria n.º 212/2006 - TCDF, Lei Complementar n.º 435/2001, consistindo, assim, na prática de ato (ilegal, ilegítimo, antieconômico – escolher dentre as opções) que implicou dano ao Erário (art. 22º, IV da IN 4/2016); b) CIENTIFICAR, em obediência ao estabelecido no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal vigente, o Sr(a) _____, CPF n.º _____, que poderá apresentar RAZÕES DE JUSTIFICATIVA em relação aos apontamentos constantes da alínea “a” da presente Ata, no prazo de 10 (dez) dias, conforme parágrafo único do artigo 41, da IN n.º 04/2016 – CGDF; c) INFORMAR ao notificado, que sendo de seu interesse, este poderá dentro do prazo estabelecido para apresentação das Razões de Justificativa recolher o valor integral do prejuízo ocasionado ao erário do Distrito Federal, citado na alínea “a” desta Ata, bastando, para isso, dentro do prazo ora estabelecido, entrar em contato com a presente Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor. Assim, acham-se os autos em condições de obter vistas do referido notificado. Do que, para constar, eu, _____, matrícula n.º _____, membro, na qualidade de Secretário(a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente ATA, que vai assinado por mim, pela Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Presidente_____
Membro_____
Membro/Secretário

Modelo de Ata de Ultimação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Ordinário – Responsabilidade Solidária



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

ATA DE ULTIMAÇÃO

Processo n.º: _____

Aos dias do mês de de , na Sala n.º , situada no Edifício , presentes os servidores: , matrícula n.º ; , matrícula n.º ; e , matrícula n.º ; respectivamente Presidente, Membro e Secretário da Comissão (Permanente) de Tomada de Contas Especial, constituída pelo Portaria/OS n.º , de / / , publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º de / / , para conduzir a apuração da Tomada de Contas Especial, após coletar todos os dados e realizar consulta à legislação vigente, decidiram, com base no parágrafo único do art. 70, da CF/88; c/c art. 77, parágrafo único, da LODF (alterar, colocar as normas que se aplica ao caso concreto), e nas condutas individualizadas, a seguir descritas: **a)** NOTIFICAR, de forma solidária o Sr(a) , CPF n.º , com endereço na , Brasília/DF, CEP: ; na qualidade de (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo); e o Senhor(a) , CPF n.º , com endereço na , Brasília/DF, CEP: ; na qualidade de (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo); que ocasionou o prejuízo no valor de R\$ (valor por extenso), atualizados até o dia / / , conforme Portaria n.º 212/2006 - TCDF, Lei Complementar n.º 435/2001, consistindo, assim, na prática de ato (ilegal, ilegítimo, antieconômico – escolher dentre as opções) que implicou dano ao Erário (art. 22º, IV da IN 04/2016); **b)** CIENTIFICAR, em obediência ao estabelecido no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal vigente, o Sr(a) , CPF n.º , e o Senhor(a) , CPF n.º , que poderão apresentar RAZÕES DE JUSTIFICATIVA em relação aos apontamentos constantes da alínea “a” da presente Ata, no prazo de 10 (dez) dias, conforme parágrafo único do artigo 41, da IN n.º 04/2016 – CGDF; **c)** INFORMAR aos notificados, que sendo de seu interesse, estes poderão dentro do prazo estabelecido para apresentação das Razões de Justificativa recolher o valor integral do prejuízo ocasionado ao erário do Distrito Federal, citado na alínea “a” desta Ata, bastando, para isso, dentro do prazo ora estabelecido, entrar em contato com a presente Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor. Assim, acham-se os autos em condições de obter vistas dos referidos notificados. Do que, para constar, eu, , matrícula n.º , membro, na qualidade de Secretário(a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente ATA, que vai assinado por mim, pela Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Presidente_____
Membro_____
Membro/Secretário

Modelo de Ata de Ultimação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

ATA DE ULTIMAÇÃO

Processo nº: _____

Aos ___ dias do mês de _____ de _____, na Sala nº ___, situada no Edifício _____, presentes os servidores: _____, matrícula nº _____; _____, matrícula nº _____; e _____, matrícula nº _____; respectivamente Presidente, Membro e Secretário da Comissão (Permanente) de Tomada de Contas Especial, constituída pelo Portaria/OS nº ___, de ___/___/_____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº ___ de ___/___/_____, para conduzir a apuração da Tomada de Contas Especial, após coletar todos os dados e realizar consulta à legislação vigente, decidiram, com base no parágrafo único do art. 70, da CF/88; c/c art. 77, parágrafo único, da LODF (alterar, colocar as normas que se aplica ao caso concreto), e na condutas individualizada, a seguir descrita: a) RESPONSABILIZAR o Sr(a) _____, CPF n.º _____, com endereço na _____, Brasília/DF, CEP: _____; na qualidade de _____ (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos _____ (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo), o que ocasionou o prejuízo no valor de R\$ _____ (valor por extenso), atualizados até o dia ___/___/_____, conforme Portaria nº 212/2006 - TCDF, Lei Complementar nº 435/2001, consistindo, assim, na prática de ato (ilegal, ilegítimo, antieconômico – escolher dentre as opções) que implicou dano ao Erário (art. 22º, IV da IN 4/2016); b) CITAR, em obediência ao estabelecido no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal vigente, o Sr(a) _____, CPF n.º _____, que poderá apresentar DEFESA ESCRITA em relação aos apontamentos constantes da alínea “a” da presente Ata, no prazo de 10 (dez) dias, conforme parágrafo único do inciso VI do artigo 50, da IN n.º 04/2016 – CGDF; c) INFORMAR ao responsabilizado, que sendo de seu interesse, este poderá dentro do prazo estabelecido para apresentação da DEFESA ESCRITA recolher o valor integral do prejuízo ocasionado ao erário do Distrito Federal, citado na alínea “a” desta Ata, bastando, para isso, dentro do prazo ora estabelecido, entrar em contato com a presente Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor. Assim, acham-se os autos em condições de obter vistas do referido responsabilizado. Do que, para constar, eu, _____, matrícula nº _____, membro, na qualidade de Secretário(a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente ATA, que vai assinado por mim, pela Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Presidente_____
Membro_____
Membro/Secretário

Modelo de Ata de Ultimação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Sumário – Responsabilidade Solidária



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

ATA DE ULTIMAÇÃO

Processo n.º: _____

Aos __ dias do mês de ____ de ____, na Sala n.º __, situada no Edifício ____, presentes os servidores: ____, matrícula n.º ____; ____, matrícula n.º ____; e ____, matrícula n.º ____; respectivamente Presidente, Membro e Secretário da Comissão (Permanente) de Tomada de Contas Especial, constituída pelo Portaria/OS n.º __, de __/__/____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º __ de __/__/____, para conduzir a apuração da Tomada de Contas Especial, após coletar todos os dados e realizar consulta à legislação vigente, decidiram, com base no parágrafo único do art. 70, da CF/88; c/c art. 77, parágrafo único, da LODF (alterar, colocar as normas que se aplica ao caso concreto), e nas condutas individualizadas, a seguir descritas: a) RESPONSABILIZAR, de forma solidária, o Sr(a)____, CPF n.º _____, com endereço na _____, Brasília/DF, CEP: ____; na qualidade de ____ (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos ____ (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo); e o Sr(a)____, CPF n.º _____, com endereço na _____, Brasília/DF, CEP: ____; na qualidade de ____ (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos ____ (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo); o que ocasionou o prejuízo no valor de R\$ ____ (valor por extenso), atualizados até o dia __/__/____, conforme Portaria n.º 212/2006 - TCDF, Lei Complementar n.º 435/2001, consistindo, assim, na prática de ato (ilegal, ilegítimo, antieconômico – escolher dentre as opções) que implicou dano ao Erário (art. 22º, IV da IN 4/2016); b) CITAR, em obediência ao estabelecido no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal vigente, os Sr(a) ____, CPF n.º____, que poderão apresentar DEFESA ESCRITA em relação aos apontamentos constantes da alínea “a” da presente Ata, no prazo de 10 (dez) dias, conforme parágrafo único do inciso VI do artigo 50, da IN n.º 04/2016 – CGDF; c) INFORMAR aos responsabilizados, que sendo de seu interesse, estes poderão dentro do prazo estabelecido para apresentação da DEFESA ESCRITA recolher o valor integral do prejuízo ocasionado ao erário do Distrito Federal, citado na alínea “a” desta Ata, bastando, para isso, dentro do prazo ora estabelecido, entrar em contato com a presente Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor. Assim, acham-se os autos em condições de obter vistas dos referidos responsabilizados. Do que, para constar, eu, ____, matrícula n.º ____, membro, na qualidade de Secretário(a) da Comissão de Tomada de Contas Especial, lavrei a presente ATA, que vai assinado por mim, pela Presidente e pelo outro Membro da referida Comissão.

Presidente_____
Membro_____
Membro/Secretário

Modelo de Ata de Ultimação – Instrução da Tomada de Contas Especial

Rito Sumário – Tomador das Contas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

ATA DE ULTIMAÇÃO

Processo nº: _____

Aos ___ dias do mês de _____ de _____, na Sala nº ___, situada no Edifício _____, o servidor: _____, matrícula nº _____, designado pelo Portaria/OS nº ___, de ___/___/_____, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº ___ de ___/___/_____, para conduzir a apuração da Tomada de Contas Especial, após coletar todos os dados e realizar consulta à legislação vigente, decidiu, com base no parágrafo único do art. 70, da CF/88; c/c art. 77, parágrafo único, da LODF (alterar, colocar as normas que se aplica ao caso concreto), e nas conduta individualizada, a seguir descrita: a) RESPONSABILIZAR o Sr(a) _____, CPF nº _____, com endereço na _____, Brasília/DF, CEP: _____; na qualidade de ___ (descrever de forma minuciosa o cargo então ocupado e datas), que à época dos fatos ___ (descrever de forma minuciosa a conduta do agente causador do prejuízo e o nexo de causalidade entre o fato e a conduta que gerou prejuízo), o que ocasionou o prejuízo no valor de R\$ _____ (valor por extenso), atualizados até o dia ___/___/_____, conforme Portaria nº 212/2006 - TCDF, Lei Complementar nº 435/2001, consistindo, assim, na prática de ato (ilegal, ilegítimo, antieconômico – escolher dentre as opções) que implicou dano ao Erário (art. 22º, IV da IN 4/2016); b) CITAR, em obediência ao estabelecido no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal vigente, o Sr(a) _____, CPF nº _____, que poderá apresentar DEFESA ESCRITA em relação aos apontamentos constantes da alínea “a” da presente Ata, no prazo de 10 (dez) dias, conforme parágrafo único do inciso VI do artigo 50, da IN nº 04/2016 – CGDF; c) INFORMAR ao responsabilizado, que sendo de seu interesse, este poderá dentro do prazo estabelecido para apresentação da DEFESA ESCRITA recolher o valor integral do prejuízo ocasionado ao erário do Distrito Federal, citado na alínea “a” desta Ata, bastando, para isso, dentro do prazo ora estabelecido, entrar em contato com o Tomador das Contas para assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor. Assim, acham-se os autos em condições de obter vistas do referido responsabilizado. Do que, para constar, eu, _____, matrícula nº _____, na qualidade de Tomador das Contas, lavrei a presente ATA, que vai assinado por mim.

Tomador das Contas

Modelos

Mandado de Notificação

Modelo de Mandado de Notificação – Defesa

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº _____

Na qualidade de Presidente da Comissão Tomadora responsável pela apuração da Tomada de Contas Especial instaurada por meio da Ordem de Serviço/Portaria nº __ de __/__/____, venho, por meio deste NOTIFICAR o (a) Sr.(a) _____ pelo possível prejuízo causado erário do Distrito Federal em decorrência do recebimento de _____ (descrição das irregularidades), no valor de **R\$** _____ (valor por extenso), conforme Ata de Ultimação juntada aos autos do processo em referência.

Assim sendo, venho, por meio deste, **CIENTIFICAR** Vossa Senhoria para que, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento deste, com base no Art. 40 da IN nº 04, de 2016 - CGDF, apresente **RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS** sobre os fatos que ora lhe são imputados, informando-lhe que o processo se encontra à disposição para vistas na Coordenação _____, situada na sala nº __ do Edifício _____, das 8 às 18h.

Cabe ressaltar que, caso haja interesse em ressarcir o valor acima, deverá entrar em contato com esta Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado, no prazo acima estabelecido, no telefone (61) ____- ____, para receber as orientações necessárias.

Brasília, __ de ____ de ____

Presidente

Ao Senhor (a)

Endereço

Modelo de Mandado de Notificação – Defesa

Rito Ordinário – Responsabilidade Solidária



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº _____

Na qualidade de Presidente da Comissão Tomadora responsável pela apuração da Tomada de Contas Especial instaurada por meio da Ordem de Serviço/Portaria nº ____ de __/__/____, venho, por meio deste NOTIFICAR, solidariamente, o (a) Sr.(a) _____ pelo possível prejuízo causado erário do Distrito Federal em decorrência do recebimento de _____ (descrição das irregularidades), no valor de **R\$** _____ (____ valor por extenso), conforme Ata de Ultimação juntada aos autos do processo em referência.

Assim sendo, venho, por meio deste, **CIENTIFICAR** Vossa Senhoria para que, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento deste, com base no Art. 40 da IN nº 04, de 2016 - CGDF, apresente RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS sobre os fatos que ora lhe são imputados, informando-lhe que o processo se encontra à disposição para vistas na Coordenação _____, situada na sala nº ____ do Edifício _____, das 8 às 18h.

Cabe ressaltar que, caso haja interesse em ressarcir o valor acima, deverá entrar em contato com esta Comissão para assinatura do Termo Circunstanciado, no prazo acima estabelecido, no telefone (61) _____ - _____, para receber as orientações necessárias.

Brasília, ____ de ____ de ____

Presidente

Ao Senhor (a)

Endereço

Modelo de Mandado de Notificação – Defesa

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº: _____

Na qualidade de Presidente da Comissão Tomadora responsável pela apuração da Tomada de Contas Especial instaurada por meio da Ordem de Serviço/Portaria nº __ de __/__/____, venho, por meio deste, **CITAR** o(a) Senhor (a) ____ para, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento deste, conforme inciso VI do Art. 50 da IN n.º 04/2016-CGDF, apresentar **DEFESA ESCRITA**, em atendimento ao previsto no Art. 5º, inciso LV, da CF, pelo prejuízo causado erário do Distrito Federal em decorrência do recebimento de ____ (descrição das irregularidades), no valor de R\$ _____ (____), conforme Ata de Ultimação juntada aos autos do processo em tela.

Ressalta-se que, se for de seu interesse, V.Sa. poderá ressarcir o prejuízo, no valor de R\$ _____ (____), atualizados até o dia __/__/____, com base no inciso IV do Art. 5º da Resolução nº 102/98-TCDF, ou ainda a reposição do bem patrimonial, mediante assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor, entrando em contato com esta Comissão na sala nº __ situada no Edifício____, na Diretoria _____, de segunda a sexta feira, das 8 às 18h, telefone: ____ -____.

Brasília, __ de ____ de ____

Presidente

Ao Senhor (a)

Endereço

Modelo de Mandado de Notificação – Defesa

Rito Sumário – Responsabilidade Solidária



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº: _____

Na qualidade de Presidente da Comissão Tomadora responsável pela apuração da Tomada de Contas Especial instaurada por meio da ___ de ___/___/____, venho, por meio deste, **CITAR, solidariamente**, o(a) Senhor (a) ___ para, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento deste, conforme inciso VI do Art. 50 da IN n.º 04/2016-CGDF, apresentar **DEFESA ESCRITA**, em atendimento ao previsto no Art. 5º, inciso LV, da CF, pelo prejuízo causado erário do Distrito Federal em decorrência do recebimento de _____ (descrição das irregularidades), no valor de R\$ _____ (___), conforme Ata de Ultimação juntada aos autos do processo em tela.

Ressalta-se que, se for de seu interesse, V.Sa. poderá ressarcir o prejuízo, no valor de **R\$** _____ (___), atualizados até o dia ___/___/____, com base no inciso IV do Art. 5º da Resolução nº 102/98-TCDF, ou ainda a reposição do bem patrimonial, mediante assinatura do Termo Circunstanciado de Regularização – TCR com vistas ao recolhimento integral do débito ou de forma parcelada, segundo a legislação em vigor, entrando em contato com esta Comissão na sala nº ___ situada no Edifício ___, na Diretoria ___, de segunda a sexta feira, das 8 às 18h, telefone: ___

Brasília, ___ de ___ de _____

Presidente

Ao Senhor (a)

Endereço

Modelo de Termo de Vista – Defesa

Do envolvido



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE DECLARAÇÃO DE VISTA

Processo nº: _____

Eu, _____, já qualificado nos autos, declaro que, nesta data, na sala _____ do Edifício _____, nesta Cidade, tive vistas dos autos do processo de tomada de contas especial em epígrafe e seus apensos.

Brasília, ____ de ____ de _____

Nome do Envolvido

Modelo de Termo de Vista – Defesa

Do Advogado



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

TERMO DE DECLARAÇÃO DE VISTA

Processo n°: _____

Eu, _____ portador da OAB n° _____, na qualidade de procurador do Sr. (_____ Nome do Envolvido) já qualificado nos autos, declaro que, nesta data, na sala __ do Edifício ____, nesta Cidade, tive vistas dos autos do processo de tomada de contas especial em epígrafe e seus apensos.

Brasília, ___ de ___ de ____.

Assinatura Advogado. OAB n° __

Modelo de Termo de Solicitação de Cópia – Defesa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

PEDIDO DE CÓPIA

Processo nº:

Eu, (NOME DO ENVOLVIDO), já devidamente qualificado nos autos, solicito cópia integral digitalizada do processo em epígrafe e seus apensos, visando atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Brasília, ___ de ____ de ____.

(Assinatura)

Recibo

Recebi as cópias solicitadas referentes ao processo em epígrafe em ___/___/___.

Brasília, ___ de ____ de ____.

(Assinatura)

Modelo de Termo de Solicitação Acesso ao SEI – Defesa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

SOLICITAÇÃO DE ACESSO EXTERNO A PROCESSOS - SEI

Processo SEI nº

Eu, _____, CPF () OAB () n.º _____, e-mail _____, telefone - _____, na qualidade de interessado () / procurador (), solicito acesso como usuário externo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, do processo em epígrafe, visando atender aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Brasília, de _____ de _____

Assinatura

ATENÇÃO: A informação contida na mensagem de e-mail a ser enviada, incluindo quaisquer anexos, é de cunho confidencial e estará reservada apenas à pessoa ou entidade para a qual foi endereçada, sendo passível de responsabilização civil e criminal, o destinatário que retransmitir ou distribuir a mensagem de e-mail com o conteúdo dos autos a terceiros.

Modelo de Pedido de Prorrogação de Prazo – Defesa



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

ILMO(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

_____, CPF () OAB () n.º _____,
já devidamente qualificado nos autos do Processo n.º _____, vem,
respeitosamente, à presença de V. Sa. requerer prorrogação de prazo, por ____
(_____) dias, para apresentação das razões de justificativas, visando atender
aos princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Brasília, ____ de ____ de ____

Assinatura do Requerente

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CTCE

1) Defiro o pleito.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Presidente

Modelos

Relatório Final de TCE

Modelo de Relatório Final – Fase de Relatório

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE TCE N° __ - Unidade

Processo n°		
Interessado		(Nome da Secretaria)
Assunto		Apurar a responsabilidade civil ___ descrever o assunto em apuração
Objeto Sintético		(Irregularidades na Prestação de Contas) p. exemplo.
Natureza		Tomada de Contas Especial – TCE
Tipo de Instauração		Ordem de Serviço/Portaria Data:
Data da publicação da instauração no DODF		DODF n° __, de __/__/___ p. __
Valor original do dano		R\$ _____ ()
Responsável	Nome	
	CPF/CNPJ	
	Filiação	
	Data Nascimento	
	Endereço	
	Telefone	
	Cargo/função	
	Identificação de herdeiros no caso de falecimento do responsável	
Quantificação do dano atualizado		
Firmado TCR?		() Sim. () Não.
Ato motivador da instauração		Pode ser: Órgão de origem; Decisão n° do TCDF; Relatório de Auditoria n° do Controle Interno; cumprimento de Nota Técnica n° /Diligência do Controle Interno ou TCDF.

I. Dos fatos

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial - TCE instaurada para apurar irregularidades no Convênio n° __/___, firmado entre a Secretaria de Estado de ___ do Distrito Federal e a Associação ____, para a realização do projeto ____, no período de ____. (fls. ___).

O Convênio n° __ foi assinado em __/__/___, com vigência da data de assinatura até __/__/___, no valor de R\$ _____ (valor por extenso). Constava, ainda, a contrapartida no valor de R\$ ____ (valor por extenso), fls. ___.

Foi designado como executor do Convênio nº ____ o servidor ____, matrícula nº _____. O executor apresentou os relatórios de execução aprovando as prestações de contas, fls._____.

(Resumir os fatos ocorridos antes da instauração, indicando datas da irregularidade, se instaurada em razão de decisão pode transcrever aqui o trecho principal).

II. Dos prazos

Com a finalidade de apurar as possíveis responsabilidades e quantificar o valor do dano causado ao erário, foi constituída Comissão de Tomada de Contas Especial – CTCE, conforme Ordem de Serviço/Portaria nº __, de __/__/____, publicada no DODF nº. __, de __/__/____, página __ (fls._____).

O Tribunal de Contas do Distrito Federal foi comunicado da instauração da presente TCE conforme Ofício nº _____, datado de __/__/____ (fls.____), assinado pelo Secretário de Estado _____. (Ou Foi elaborado Demonstrativo de Instauração de TCE, conforme às fls. – caso seja rito Sumário).

A Comissão de Tomada de Contas Especial iniciou os trabalhos em __/__/____, conforme Ata de Instalação inserida às fls. __, objetivando concluí-los no prazo de 90 (noventa) dias. Tendo em vista a exiguidade de prazo para realizar a apuração a contento, novas prorrogações foram solicitadas, sendo o prazo de conclusão previsto para __/__/____, conforme o Ofício nº __ do TCDF (fls._____).

III. Das Diligências necessárias à instrução

Em relação aos atos praticados, foram realizados os procedimentos instrutórios, de defesa e respectivas juntadas de documentos, consubstanciados às fls. ____ a ____ que antecederam este Relatório.

- a) Juntou o Ofício/Demonstrativo de Instauração nº __ (fls.);
- b) Realizou diligência ____ (fls.);
- c) Encaminhou Ofício para ____ (fls._____).

IV. Da Quantificação do Dano

Em obediência ao disposto na Resolução nº 102/98 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a presente Comissão quantificou o dano ao Erário Distrital, na forma da tabela que se segue:

Data Original	Valor Original	Data Atualização	Fator CM	Atualização Monetária	Valor a restituir

Assim, concluímos por quantificar o prejuízo causado ao Erário Distrital, no valor de **R\$** __ (valor por extenso), atualizado pela Portaria TCDF nº 212/2002 (fls. __).

(Aqui é o momento da comissão justificar os valores encontradas como irregular).

V. Da Coleta de Declarações

(Quando houver coleta de declarações transcrever aqui os trechos principais das oitivas realizadas).

VI. Da Notificação

Esta Comissão expediu Mandado de Notificação (fls. __), em __/__/__, para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do referido Mandado, apresentar razões de defesa/defesa escrita, na forma do art. __, da Instrução Normativa nº 04/2016, bem como em obediência ao estabelecido no Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Naquela oportunidade, este Colegiado ressaltou que se fosse do interesse do notificado, o mesmo poderia ressarcir o prejuízo causado ao erário, cujo valor deveria ser recolhido nos termos da legislação vigente, com base no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 102/98 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, dentro do mesmo período estabelecido para apresentação da defesa escrita (fls. __).

(se houver mais de um noticiado pode inserir uma tabela com os nomes e datas de recebimento das notificações).

VII. Da Análise das Peças Processuais

O presente colegiado procedeu à análise das peças processuais relativas quanto as irregularidades ocorridas em razão _____.

(momento de fazer a análise detalhadas das irregularidades ocorridas, caso tenha defesa – acrescentar aqui os pontos e rebater um por um de forma lógica do que foi aceito ou não pela comissão. Demonstrar aqui o fato e que este gerou dano ao erário, e quem praticou, demonstrar de forma clara o nexo de causalidade).

VIII. Da Conclusão

Assim, tendo colhido os dados suficientes para formar juízo tranquilo sobre os fatos e irregularidades em apuração, esta Comissão de Tomada de Contas Especial sugere, a imputação de responsabilidade ao Senhor (a) ____, nos termos art. ____, da legislação ____.

IX. Das Recomendações

(Se for necessário)

É o relatório.

Assim, a presente Comissão encerra os trabalhos com relação a esta tomada de contas especial, e encaminha este processo à apreciação do (Chefe imediato).

Brasília, __ de ____ de ____ .

Presidente

Membro

Secretário

Modelos

Mandado de Notificação - Recurso

Modelo de Notificação de Recurso

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

Recurso

Processo n.º: _____

Prezado Senhor,

Em face do decidido pela Comissão de Tomada de Contas Especial, no Relatório de Conclusão de TCE n.º __/____, fica V.Sa. NOTIFICADO nos termos do inciso IX do artigo 50 da IN 4/2016 – CGDF, do não acolhimento das alegações da Defesa Escrita.

Consignamos que a apresentação de RECURSO à Comissão Tomadora, a contar do recebimento deste, lhe é facultado no prazo de 10 (dez) dias, ou ainda a regularização da situação no mesmo prazo concedido.

Ressalto que o processo acima se encontra à sua disposição de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18h, preferencialmente das 13 às 18h, na sala n.º ____, localizada no Edifício ____, na Diretoria ____, telefone: ____.

Brasília, __ de ____ de ____

Presidente

Modelo de Despacho do Recurso à autoridade instauradora

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

A Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria/Ordem de Serviço nº __, de __/__/____, faz nesta data, os autos conclusos à autoridade instauradora para apreciação do RECURSO, apresentado pelo Senhor (a) ____, juntado às fls. ____, nos termos do artigo __ da Instrução Normativa nº 04/2016 –CGDF.

Brasília, ___ de ___ de ____.

Presidente

Modelo de Análise do Recurso – autoridade instauradora

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

DECISÃO N° /___ – Unidade/Órgão

PROCESSO N° :
INTERESSADO :
ASSUNTO : RECURSO EM TCE

Relatório

Versam os autos acerca de apuração de responsabilidade civil pelo prejuízo decorrente da irregularidade na prestação de contas referente à __, para realização do projeto __.

Considerando o valor do prejuízo apurado foi de R\$ __ (__), aplica-se ao caso em tela o rito sumário, descrito na Instrução Normativa nº 04/2016 - CGDF.

Após análise por parte da Comissão de Tomada de Contas Especial desta __, foi emitido Mandado de Notificação ao Senhor (a) __ para apresentar defesa ou se, havendo interesse, recolher o valor do prejuízo das irregularidades apuradas _____.

Nesse caso, o notificado apresentou defesa às fls. __, a qual foi parcialmente acatada pela Comissão Tomadora, uma vez que a documentação apresentada pelo defendente não comprovou a utilização do valor de R\$ __ (__), conforme especificado no item _ do Relatório Conclusivo de TCE nº __ de fls. __.

Assim, visando garantir o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório, conforme prevê o inciso X do art. 50 da IN 04/2016 – CGDF foi emitida nova notificação oportunizando a Parte a apresentação de recurso. O envolvido apresentou recurso às fls. _____, o qual foi submetido a esta autoridade instauradora para exame.

É o relatório.

Análise da peça recursal

O recorrente Sr. (a) apresentou Recurso às fls.____, mas do referido pedido não constaram fatos novos que pudessem alterar a conclusão emitida pela Comissão Tomadora.

O defendente solicitou _____. Todavia, consideramos que não há necessidade da análise pericial, pois conforme a análise efetuada pela Comissão as falhas apontadas referem-se à falta de _____.

Diante dessas considerações, não havendo nenhum fato novo apresentado pelo recorrente e o fato de entender que é cabível o ressarcimento diante do dano ao Erário Distrital, conclui-se pela responsabilização da parte.

Conclusão

Ante o exposto, em atenção ao que preceitua o Art. 50 da IN nº 04/2016-CGDF, decido NEGAR PROVIMENTO ao presente Recurso. Desse modo, os autos deverão seguir à _____, para conhecimento e demais providências.

Brasília, __ de ____ de ____.

Autoridade Instauradora

Modelo de Demonstrativo de Encerramento de TCE

Rito Sumário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
 Unidade

DEMONSTRATIVO DE ENCERRAMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº /20XX
 (Artigo 14 da Resolução nº. 102/98-TCDF)

1. INFORMAÇÕES ACERCA DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PROCESSO Nº:	ÓRGÃO/ENTIDADE:	
ATO ADMINISTRATIVO DE INSTAURAÇÃO:	DODF Nº:	DATA DE INSTAURAÇÃO:
OCORRÊNCIA DO FATO (data ou período):		
VALOR ORIGINAL DO DANO (R\$):		
OBJETO DE APURAÇÃO:		

2. CONCLUSÃO DA COMISSÃO TOMADORA OU TOMADOR DE CONTAS

VALOR ATUALIZADO DO DANO (R\$)*

*Atualização realizada pela SINDEC/TCDF, conforme Portaria nº 212/2002-TCDF

<input type="checkbox"/> Imputação de Responsabilidade.*	<input type="checkbox"/> Absorção do prejuízo pelo Erário Distrital.*
<input type="checkbox"/> Comprovada inexistência de danos.*	<input type="checkbox"/> Pagamentos indevidos, sem dolo ou erro crasso.**
<input type="checkbox"/> Reparecimento ou recuperação do bem extraviado ou danificado.*	<input type="checkbox"/> Sentença transitada em julgado.**
<input type="checkbox"/> Reposição ou ressarcimento integral ou parcelado mediante Composição Administrativa, conforme Termo de Reposição ou TCR.* (1)	<input type="checkbox"/> Duplicidade de apurações em TCE.**
<input type="checkbox"/> Responsabilidade exclusiva de terceiro sem vínculo com a administração.* (2)	

(1) Quando esta opção for assinalada, a este demonstrativo deverá ser anexado o respectivo TR ou TCR.

(2) Quando não for obtido o ressarcimento pela via administrativa, a Administração deverá remeter as informações e os documentos ao órgão ou setor jurídico competente, solicitando o ajuizamento de ação de ressarcimento.

OS CAMPOS ABAIXO SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO CONFORME O TIPO DE ENCERRAMENTO.

*1. DADOS DO RESPONSÁVEL

RESPONSÁVEL:	
NOME / RAZÃO SOCIAL:	MATRÍCULA:
CPF/CNPJ:	
FILIAÇÃO:	

*2. COMPROVADA INEXISTÊNCIA DE DANOS

ESCLARECIMENTOS:

*3. REAPARECIMENTO OU RECUPERAÇÃO DO BEM

DATA DA REPARAÇÃO:	FORMA:
VALOR RECOLHIDO:	CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO:
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:
	FLS:

*4. REPOSIÇÃO OU RESSARCIMENTO MEDIANTE COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

DATA DA REPOSIÇÃO OU RESSARCIMENTO:	FORMA (TR ou TCR):
VALOR:	CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO:
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:
	FLS:
DESCRIÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:	

*5. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE TERCEIROS NÃO VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DESCRIÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS ADOTADAS VISANDO O RESSARCIMENTO

*6. ABSORÇÃO DO PREJUÍZO PELO ERÁRIO DISTRITAL

JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PREJUÍZO:

**7. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

--

Brasília, de de

RESPONSÁVEL
 CARGO/MATRÍCULA

Modelos

Comunicações de Encerramento da TCE

Modelo de Ofício para o TCDF – comunica encerramento da TCE

Rito Ordinário



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO/ENTIDADE
Unidade

OFÍCIO N° ____/____ –

Referência: Processo n° ____

Brasília, de ____ de ____.

Senhor (a) Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência, para comunicar o encerramento dos trabalhos realizado pela Comissão constituída no âmbito da Diretoria ____ desta Pasta, nos autos do Processo n° ____, com o escopo de apurar responsabilidade civil pelo dano causado ao Erário Distrital decorrente de irregularidades _____.

2. A Comissão Tomadora apresentou relatório concluindo pela imputação de responsabilidade civil a ____, no valor atualizado de R\$ ____ (____), em virtude de irregularidades _____.

3. Nesse sentido, após o atendimento do disposto no Art. 3º, XIII, da Resolução n°. 102/98 – TCDF, c/c Art. 43, III, da Instrução Normativa n° 4/2016-CGDF, os autos foram enviados à Subcontroladoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal objetivando a emissão do Relatório e do Certificado de Auditoria previstos no Art. 3º, XIV e XV, da Resolução n°. 102/98 – TCDF, antes de serem remetidos a esse Tribunal de Contas para julgamento.

Atenciosamente,

Secretário de Estado

Modelos

Demonstrativos de TCE

Modelo de Demonstrativo de Não Instauração de TCE

Instrução Prévia

DEMONSTRATIVO DE NÃO INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº
_____/20XX**1. DADOS DO PROCESSO**

PROCESSO Nº	ÓRGÃO OU ENTIDADE

2. DADOS DA OCORRÊNCIA E DO RESPONSÁVEL

OCORRÊNCIA DO FATO (data ou período):	
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO (R\$):	VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO (R\$):
OBJETO:	
RESPONSÁVEL	
NOME / RAZÃO SOCIAL:	
CPF / CNPJ:	
FILIAÇÃO:	

3. MOTIVO DA NÃO INSTAURAÇÃO

<input type="checkbox"/> Reposição ou ressarcimento integral ou parcelado mediante Composição Administrativa, conforme Termo de Reposição ou TCR. ¹	<input type="checkbox"/> Responsabilidade exclusiva de terceiro sem vínculo. ²
<input type="checkbox"/> Comprovada inexistência de danos.	<input type="checkbox"/> Pagamentos indevidos, sem dolo ou erro crasso.
<input type="checkbox"/> Reparecimento ou recuperação do bem extraviado ou danificado.	<input type="checkbox"/> Falta de Pressupostos (art. 17 da IN).
<input type="checkbox"/> Duplicidade de apurações em TCE.	<input type="checkbox"/> Sentença transitada em julgado.

¹ Quando esta opção for assinalada, a este demonstrativo deverá ser necessariamente anexado o respectivo TCR.

² Quando não for obtido o ressarcimento pela via administrativa, a Administração deverá remeter as informações e os documentos ao órgão ou setor jurídico competente, solicitando o ajuizamento de ação de ressarcimento.

ATENÇÃO: em qualquer hipótese, o motivo de não instauração deverá ser comunicado à Controladoria-Geral do Distrito Federal e o original do presente demonstrativo deverá ser anexado à respectiva tomada ou prestação de contas anual.

4. OBSERVAÇÕES

--

5. RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

NOME:	MATRÍCULA:
FUNÇÃO:	UNIDADE DE EXERCÍCIO:
LOCAL / DATA:	ASSINATURA:

Modelo de Demonstrativo de TCE Instaurada

Rito Sumário

<p>TOMADA DE CONTAS ESPECIAL INSTAURADA (Artigo 14, § 1º, da Resolução nº. 102/98 – TCDF)</p>			
<p>PROCESSO Nº: ÓRGÃO: ASSUNTO:</p>			
DADOS DA INSTAURAÇÃO			
ATO	ORDEM DE SERVIÇO/Portaria Nº		
DODF	Nº	DATA:	PÁGINA(S):
OCORRÊNCIA (data ou período):			
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO:		R\$	() ESTIMADO () REAL
OBJETO:			
MEMBROS DA COMISSÃO:			

Modelo de Demonstrativo de TCE em Andamento

Rito Ordinário/Rito Sumário

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL EM ANDAMENTO (Artigo 14 da Resolução nº 102/98 – TCDF)				
ATO DE INSTAURAÇÃO:	Tipo de Ato:	Número do Ato	PUBLICAÇÃO:	
	Ordem de Serviço	Nº	DODF Nº:	Data da Publicação:
OCORRÊNCIA:				
VALOR ORIGINAL DO DÉBITO:	R\$			
OBJETO:				
RESPONSÁVEL				
NOME / RAZÃO SOCIAL:			MATRÍCULA:	
CPF / CNPJ:			VALOR INDIVIDUAL:	
FILIAÇÃO:				
REPARAÇÃO DO DANO – REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL				
DATA DA REPARAÇÃO:		FORMA ¹ :		
VALOR RECOLHIDO ² :		CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO ² :		
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:			
	Fls.:			
(1) Ressarcimento, Reposição, Recuperação ou Reaparecimento. (2) Utilizar somente quando se tratar de Ressarcimento				
JUSTIFICATIVA DA NÃO-REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PREJUÍZO:				

Modelo de Demonstrativo de TCE Encerrada

Rito Sumário

DEMONSTRATIVO DE ENCERRAMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº /20XX
(Artigo 14 da Resolução nº. 102/98-TCDF)

1. INFORMAÇÕES ACERCA DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PROCESSO Nº:	ÓRGÃO/ENTIDADE:	
ATO ADMINISTRATIVO DE INSTAURAÇÃO:	DODF Nº:	DATA DE INSTAURAÇÃO:
OCORRÊNCIA DO FATO (data ou período):		
VALOR ORIGINAL DO DANO (R\$):		
OBJETO DE APURAÇÃO:		

2. CONCLUSÃO DA COMISSÃO TOMADORA OU TOMADOR DE CONTAS

VALOR ATUALIZADO DO DANO (R\$)*

*Atualização realizada pela SINDEC/TCDF, conforme Portaria nº 212/2002-TCDF

<input type="checkbox"/> Imputação de Responsabilidade.*	<input type="checkbox"/> Absorção do prejuízo pelo Erário Distrital.*
<input type="checkbox"/> Comprovada inexistência de danos.*	<input type="checkbox"/> Pagamentos indevidos, sem dolo ou erro crasso.**
<input type="checkbox"/> Reaparecimento ou recuperação do bem extraviado ou danificado.*	<input type="checkbox"/> Sentença transitada em julgado.**
<input type="checkbox"/> Reposição ou ressarcimento integral ou parcelado mediante Composição Administrativa, conforme Termo de Reposição ou TCR.* (1)	<input type="checkbox"/> Duplicidade de apurações em TCE.**
<input type="checkbox"/> Responsabilidade exclusiva de terceiro sem vínculo com a administração.* (2)	

(1) Quando esta opção for assinalada, a este demonstrativo deverá ser anexado o respectivo TR ou TCR.
(2) Quando não for obtido o ressarcimento pela via administrativa, a Administração deverá remeter as informações e os documentos ao órgão ou setor jurídico competente, solicitando o ajuizamento de ação de ressarcimento.

OS CAMPOS ABAIXO SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO CONFORME O TIPO DE ENCERRAMENTO.

***1. DADOS DO RESPONSÁVEL**

RESPONSÁVEL:	
NOME / RAZÃO SOCIAL:	MATRÍCULA:
CPF/CNPJ:	
FILIAÇÃO:	

***2. COMPROVADA INEXISTÊNCIA DE DANOS**

ESCLARECIMENTOS:

***3. REAPARECIMENTO OU RECUPERAÇÃO DO BEM**

DATA DA REPARAÇÃO:	FORMA:
VALOR RECOLHIDO:	CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO:
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:
	FLS:

***4. REPOSIÇÃO OU RESSARCIMENTO MEDIANTE COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA**

DATA DA REPOSIÇÃO OU RESSARCIMENTO:	FORMA (TR ou TCR):
VALOR:	CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO:
DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:	TIPO:
	FLS:
DESCRIÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:	

***5. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE TERCEIROS NÃO VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DESCRIÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS ADOTADAS VISANDO O RESSARCIMENTO

***6. ABSORÇÃO DO PREJUÍZO PELO ERÁRIO DISTRITAL**

JUSTIFICATIVA DA NÃO REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PREJUÍZO:

****7. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES**

--

RESPONSÁVEL
CARGO/MATRÍCULA

Modelo de Termo Circunstanciado de Regularização - TCR

Rito Ordinário/Rito Sumário

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE REGULARIZAÇÃO-TCR**1. IDENTIFICAÇÃO DO ENVOLVIDO**

NOME:		CPF:
MATRÍCULA		CARGO:
UNIDADE DE LOTAÇÃO		UNIDADE DE EXERCÍCIO:
E-MAIL		DDD/TELEFONE

2. DADOS DA OCORRÊNCIA

OBJETO		
DATA DA OCORRÊNCIA		LOCAL DA OCORRÊNCIA
DESCRIÇÃO DOS FATOS:		
VALOR ORIGINAL DO PREJUÍZO (R\$)		VALOR ATUALIZADO DO PREJUÍZO (R\$)*

* Atualização realizada pelo SINDEC/TCDF, conforme Portaria nº 212/2002-TCDF

3. CIÊNCIA DO ENVOLVIDO

Eu,	(<i>signatário</i>)	, declaro-me ciente da descrição da ocorrência acima e das consequências do descumprimento deste Termo, ao passo em que reconheço o prejuízo relacionado aos autos do processo nº
LOCAL		DATA
ASSINATURA:		

4. RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

NOME		MATRÍCULA:
FUNÇÃO		UNIDADE DE EXERCÍCIO:

5. RESSARCIMENTO OU REGULARIZAÇÃO

Data da Reparação:		Forma **:	
Valor Recolhido (R\$):		Critério de Atualização:	Sindec
Comprovantes:		Quantidade de Parcelas:	
Outras considerações:			

** Ressarcimento integral, Ressarcimento parcelado, Recuperação, Reposição.

6. CONCLUSÃO

Recomenda-se o arquivamento dos presentes autos em razão de o agente envolvido ter promovido o adequado ressarcimento do prejuízo causado ao erário por meio de:
<input type="checkbox"/> Ressarcimento integral <input type="checkbox"/> Ressarcimento parcelado <input type="checkbox"/> Reposição. <input type="checkbox"/> Recuperação.
<p>Ressalte-se que para cada situação, deve ser analisada a natureza do envolvido, para fins de ressarcimento, qual seja:</p> <p>1 – Servidor Civil – Art. 119 da Lei Complementar nº 840/2011</p> <p>2 – Servidor Militar – Parcelamento de acordo com a Decisão nº 4463/2004-TCDF ou recolhimento por meio do sistema SISLANCA;</p> <p>3 – Convenientes e/ou contratados – recolhimento por meio de sistema SISLANCA;</p> <p>4 – Empregados públicos – Desconto em folha de pagamento, na forma Lei e do contrato ou recolhimento por meio do sistema SISLANCA.</p> <p>O valor devido será atualizado anualmente, conforme dispõe a Portaria nº 212/2002-TCDF, sendo que o saldo também deverá ser atualizado para reajuste das parcelas.</p> <p>ATENÇÃO: A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de qualquer parcela por mais de noventa dias, acarretará o cancelamento do parcelamento, o envio dos autos ao órgão ou setor jurídico competente para cobrança judicial, bem como a comunicação do fato aos órgãos de controle (Art. 14 da Instrução Normativa n.º 4 de 21 de outubro de 2016, publicada no DODF nº 240, de 22/12/2016).</p>